
Artigos Originais

RETROSPECTIVA HISTÓRICA: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE SÃO PAULO E DO DISTRITO FEDERAL E A ORIENTAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

The process of creation of the Universities of São Paulo and Distrito Federal and the policies for the university's extension program

Marilúcia de Menezes Rodrigues*

RESUMO: *Este trabalho analisa a criação das primeiras universidades brasileiras e mostra que as mesmas nascem como instrumentos capazes de assegurar a ideologia dos grupos dominantes, com objetivos de preparação dos quadros profissionais para o exercício das posições-chave na sociedade. Os documentos analisados evidenciam que à extensão coube a função de elevar um saber já elaborado, privilegiando uma cultura "letrada" das camadas elitistas.*

UNITERMOS: *Universidade; Extensão; Dominação.*

ABSTRACT: *This study makes an analysis of the creation of the first universities Brazilian and shows that they arise as instruments to assure the ideas of dominant groups, with the objective educating professionals for key positions in society. The documents analysed give evidence that extension activities were responsible for the increase of the already elaborated knowledge with emphasis on the "lettered" culture of the elite class.*

KEYWORDS: *University; Extension; Domination.*

Após a reestruturação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, foi instituída a Universidade de São Paulo - USP, em 1934. A respeito de sua constituição, AZEVEDO (1974) formaliza-a como

a grande força de atração capaz de fazer gravitar em torno dela toda a constelação dos institutos universitários de caráter profissional por meio da sólida preparação cultural e científica, puramente teórica, que ela ministra

* Professora Doutora da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, e do Programa de Mestrado em Magistério Superior, UNIT.

e que deve fundamentar e informar a especialização profissional a cargo dos outros institutos.

No momento em que Fernando de Azevedo (1974) acentua uma “sólida preparação cultural”, no sentido de preparar os futuros profissionais, estaria a formação dos quadros do poder. Tal análise, em que se detectam objetivos políticos na instalação da USP, encontra respaldo em CUNHA (1980) que, ao citar Júlio Mesquita Filho, em “Política e Cultura”, faz a seguinte afirmação: “vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação.”

Desta feita, esta universidade, articulando objetivos políticos, conseqüentemente carrega elementos ideológicos em termos de sua legitimação.

De outro lado, pelo contexto de sua instalação, verifica-se a presença de uma política liberal elitista que se agrega a uma política liberal democrática. Aqui, liberalismo é entendido como “expressão do controle econômico e político, exercido por uma elite financeira sobre a coletividade” (CUNHA, 1980). Assim, a partir dessas duas correntes liberalistas no âmbito da sociedade, a USP, pelo embate destas forças antagônicas, acentua os seus objetivos políticos, uma vez que a meta principal era dirigida à formação dos quadros dirigentes.

Assim, a USP coloca-se num período demarcatório em termos de educação brasileira. Isto porque, em meio aos movimentos liberais da época, vislumbra-se uma brecha voltada a um liberalismo igualitarista que se contrapunha ao sentido preponderantemente elitista. Este avanço, em termos de uma mudança de sentido político, induz a uma formulação de objetivos e de novas diretrizes educacionais adequados aos interesses de uma classe trabalhadora e dos setores médios.

No contexto de sua criação, é sentida a crise das oligarquias paulistas, cujo ápice se concretiza entre a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo. O clima para este movimento foi provocado pela verificação, por parte das classes superiores, da falta de profissionais preparados, cultural e politicamente, para a articulação dos interesses dos grupos dominantes.

Nesse prisma, a USP, ao nascer, tem suas propostas definidas. Incorpora à sua missão objetivos precisos no sentido de formar e de preparar uma elite que, por meio de conhecimentos científicos, possa vir a ser dirigente.

Pelo exposto, pode-se concluir que, apesar da interferência liberal, o surgimento da USP é marcado por objetivos classistas e por condicionamentos elitistas voltados para o preenchimento de elevados cargos da política dominante.

Contudo, lembra CUNHA (1980) que, com a USP, inicia-se uma série de medidas que, mais tarde, serão retomadas.

Assim, apesar de todas as contradições, a USP não deixou de representar um dos primeiros centros de renovação cultural que iria, inclusive, servir de modelo para outras universidades.

Entretanto, a extensão universitária não mereceu tratamento relevante por parte dessa universidade e permaneceu como atividade à margem da instituição. Conforme Decreto nº 6283/34, referente à sua fundação, uma das metas da USP seria, segundo o Art. 2º, letra d,

realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (DECRETO nº 6283, 1934).

Também encontramos menção à extensão universitária quando o documento faz referência à Escola de Belas Artes, precisamente no Capítulo VI, que diz respeito aos laboratórios e instalações. Como outros recursos, é citado: “uma seção de extensão universitária com as respectivas instalações” (DECRETO nº 6283, 1934). E, ainda, quando o documento aborda, no Título IV, da Direção e Administração da Universidade, Art. 36, item 9: “organizar, de acordo com as propostas das Escolas, Faculdades ou Institutos, os cursos, conferências e todas as demais medidas de extensão universitária” (DECRETO, nº 6283, 1934).

Partindo das transcrições acima, apenas na primeira delas é possível inferir detalhes e um posicionamento em relação à extensão universitária. Todavia, não se especifica a clientela beneficiária da “vulgarização das ciências, das letras e das artes”. (DECRETO nº 6283, 1934). Apenas a menção sobre a difusão pelo rádio faria supor um alcance maior para essa vulgarização. É possível, entretanto, perceber que a forma genérica de extensão, por meio de cursos, conferências e palestras, estaria, em última instância, voltada para as pessoas envolvidas no círculo universitário.

Deste modo, são válidas para a USP as mesmas conclusões feitas à Universidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto nº 19852/31. Para ambas as instituições, a extensão universitária visava apenas à reciclagem de conhecimentos, de caráter elitista, para os elementos diretamente ligadas ao poder.

A Universidade do Distrito Federal - UDF, resultado de uma reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, instala-se como Universidade do Brasil, a partir de 1937, por meio do Decreto nº 5513/35, sob a inspiração de Anísio Teixeira.

FÁVERO (1980), em análise desse documento, observa que Anísio Teixeira

ao criar esta instituição universitária pretendeu proporcionar um mudança radical no meio universitário através de um projeto concreto. Com esta preocupação, o idealizador da UDF defende uma universidade que, além de se preocupar em formar profissionais, deveria visar também ao preparo dos quadros intelectuais do país, que até aquele momento, ficava ao sabor do mais abandonado e mais precário autodidatismo (FÁVERO, 1980).

Quando do discurso de inauguração, Anísio Teixeira salienta a função da Universidade: “a um tempo técnica e política: a de cúpula do sistema de ensino, onde se formariam e se aperfeiçoariam os professores e administradores das escolas dos graus inferiores” (CUNHA, 1980).

Como resultado de reorganização de 1931, já em 1937, a UDF apresentava grandes dimensões, atingindo, de acordo com CUNHA (1980), 15 escolas superiores e 16 institutos.

Do contexto sociopolítico, alguns fatos tiveram repercussão direta na implantação dessa universidade. O período inicial do governo Getúlio Vargas, mostrava, ainda, uma tendência para a conciliação entre as várias facções da classe dominante. A fragilidade desse pacto, no entanto, foi evidenciada pelos vários movimentos de contestação do governo e, conseqüentemente, pelo endurecimento do regime que acaba tomando a forma de ditadura.

A UDF reflete esse período de transição, no qual “cooptação” e “autoritarismo” confundem-se no âmbito da sociedade brasileira. Ao lado dessas duas correntes, essa universidade foi criada, tendo por base a “cooptação”, mecanismo que prevalecia na sociedade política.

Este mecanismo foi adotado, porque Getúlio Vargas, não desejando contrariar o interesse do prefeito do Distrito Federal, talvez por receio de perder seu apoio numa fase tão conturbada, preferiu autorizá-lo a assinar o decreto de criação da Universidade do Distrito Federal, mesmo passando por cima do Ministério da Educação (FÁVERO, 1980).

O Art. 2º, do Decreto nº 5513/35, por meio das finalidades nele contidas, mostra como a UDF teve uma linha desafiadora, no contexto que antecedeu o Estado Novo, marcada pela valorização das ciências humanas e sua difusão sempre renovada.

Para os responsáveis da UDF e, particularmente, para o seu fundador, o saber era marcado por um caráter crítico e não se formava espírito crítico apenas com discussões genéricas ou abstrações, mas pensando a prática, procurando encarnar o saber e fazendo com que o mesmo surgisse de um contexto com a realidade (CUNHA, 1980).

As finalidades da UDF são assim descritas no Art. 2º, do referido decreto:

- a) promover e estimular a cultura, de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- c) propagar as aquisições das ciências e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividades que as suas escolas e institutos comportarem;
- e) promover a formação do magistério, em todos os seus graus.

A partir desses fins, a UDF procura ampliar os objetivos de uma educação superior e, de forma diversa das demais universidades desse período, posiciona-se como um reduto de intelectuais preocupados com a valorização do conhecimento da realidade brasileira, a

partir de uma análise feita por pesquisadores vinculados a esta realidade. O que se pretendia era o combate à simples importação idéias.

Repensar a sociedade brasileira significa também repensar a dominação que se estabeleceu de forma homogênea até 1930. Parecia que a UDF estava imbuída do propósito de incorporar, em suas análises científicas ou na preparação de seus profissionais, a realidade concreta brasileira. Seus objetivos vão além de uma formação profissional no sentido utilitário, uma vez ue a sociedade já vislumbrava a educação como elemento ideológico capaz de representação.

Ao procurar promover a cultura brasileira, Anísio Teixeira assim se manifesta:

Então, não se trata apenas que a universidade precisa dedicar-se à pesquisa. Ela tem de formar o conhecimento que vai ensinar, o qual não existe ainda. Quando se fala que a universidade deve passar à pesquisa não significa que se faça um acréscimo, isto é, que lhe devemos anexar mais uma tarefa e ela viraria universidade de pesquisa. A universidade só será de pesquisa quando passar a formular a cultura que vai ensinar. [...] A cultura realmente existente é a que estiver incorporada na sociedade. [...] As instituições brasileiras são, na minha opinião, uma fragilidade enorme. De nada adianta mudar o nome delas à vontade. O fato é que é real a fragilidade institucional brasileira. Isto decorre de as idéias estarem na cabeça das pessoas, não na sociedade onde pertencem. [...] É absolutamente necessário que a educação seja uma implantação de uma cultura real na sociedade, não um acréscimo, um ornamento, um processo informativo. Só conseguiremos transmitir a educação quando transformarmos as nossas instituições culturais em instituições realmente embebidas no solo brasileiro, na terra brasileira, na forma de pensar brasileira, no modo de pensar brasileiro (TEIXEIRA, 1968).

Desta forma, a UDF, fixando-se na elaboração de um saber que se estende ao meio comum, a partir de uma realidade, posicionou-se diferentemente das universidades abordadas inicialmente, contrapondo-se à simples aquisição deste saber para a manutenção de um poder. Entretanto, pode-se notar, ainda, uma ênfase no ensino e na pesquisa. Aliás, essa ligação constitui um dos pontos altos dos princípios da UDF.

Incluída dentre seus fins, apenas de passagem, a extensão universitária é mencionada como “cursos de extensão popular”. Ainda assim, a preocupação não é trabalhada no sentido de realizar uma educação popular, “feita pelas classes populares ou em conjunto com elas, de acordo com os seus interesses de classe” (WANDERLEY, 1980). Antes de mais nada, o documento não esclarece o que é esta educação popular. Por sua vez, o termo “popular” é ambíguo, indefinido e impreciso.

Sem dúvida que, freqüentemente, a “educação popular” vem se efetivando como um conjunto de mensagens filtradas de cima para baixo. Essa verticalidade está muito longe de se poder pensar numa elaboração de cultura que resulte na integração dos homens entre si, integração que não seja baseada na dominação.

Lembrando todo o contexto e a própria estrutura de dominação, o que se pode inferir é que esses cursos estariam vinculados às “elites cultas”, ou pelos intelectuais, porta-vozes das classes dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **As universidades no mundo de amanhã**. São Paulo: Nacional, 1947.

_____. USP: a revolução da década de 30. **Jornal da Tarde**. São Paulo, 14 fev. 1973.

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

BRASIL, Decreto-Lei nº 19851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 6.583, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1934.

_____. Decreto-Lei nº 5.513, de 14 de abril de 1935. Institui, na cidade do Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1935.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RODRIGUES, Neildson. Estado e educação no Brasil. **Educação & Sociedade**. São Paulo: Cortez, p. 41-53, set. 1981.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil – 1930/1937**. Petrópolis: Vozes, 1978.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva de educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 80, p. 111, jul-set. 1968.

VAZ, Zeferino. Universidade e comunicação. **Jornal do Brasil**, 30 jul. 1978.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 25, p.107-8, jul.1980.

WEFFORT, Francisco C. **Estado e massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, p.137-58, 1996.